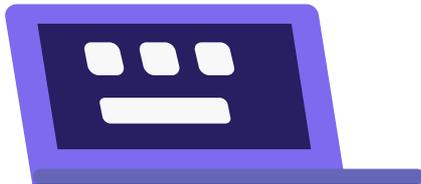


PROPOSTA DE FORMAÇÃO:

**A PRIVATIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA
PÚBLICA E AS
IMPLICAÇÕES PARA
A GESTÃO
DEMOCRÁTICA**



Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória-ES

**PRODUTO EDUCACIONAL DO MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO TURMA 5**



DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Autoria: Liudimila Katrini Proximozer e Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Nível de ensino a que se destina o produto: Educação básica.

Área de Conhecimento: Educação.

Público-alvo: Profissionais do magistério.

Categoria deste produto: Proposta de formação.

Finalidade: Contribuir para a formação dos profissionais da educação com visão crítica sobre a tendência à privatização da gestão educacional e escolar, por meio do estudo de conceitos, história e fundamentos da privatização na/da educação, com ênfase na privatização da educação básica brasileira, com especial atenção à gestão democrática.

Organização do produto: O produto foi organizado em uma proposta de formação composta de cinco módulos, com vistas a discorrer sobre a temática da privatização da educação básica pública e as implicações para a gestão democrática.

Registro de propriedade intelectual: Ficha catalográfica emitida pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.



Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Divulgação: Digital.

URL: Página do PPGMPE: www.educacao.ufes.br

Processo de validação: Validado na banca de defesa da dissertação.

Processo de aplicação: Aplicado no Seminário de Pesquisa do PPGMPE e no grupo de pesquisa ao qual estão vinculados os autores do produto educacional.

Impacto: Alto. Produto elaborado a partir das necessidades dos profissionais do magistério com vistas a compreender como ocorrem os processos de privatização da educação básica pública e suas implicações para a gestão democrática.

Inovação: Alto. O produto apresenta uma proposta de formação online e assíncrona, com uma temática que ainda não foi ofertada no Espírito Santo.

Origem do produto: Dissertação intitulada “A privatização da educação básica pública no município de Cariacica-ES (2017-2023): implicações para a gestão democrática”

APRESENTAÇÃO DOS AUTORAS/ES

Liudimila Katrini Proximozer

Professora de educação infantil na Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha e Vitória. Possui graduação em licenciatura plena em Pedagogia - Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional, pela Faculdade Novo Milênio (2008). Aluna do Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) da Universidade Federal do Espírito Santo e membra do Grupo de pesquisa Gestão, Trabalho e Avaliação Educacional - Getae (CNPq). Foi conselheira representando o segmento do magistério no conselho e fórum municipal de educação de Vila Velha e Vitória.

Eduardo Augusto Moscon de Oliveira

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Departamento de Educação Política e Sociedade. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2006). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (1997). Bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (1988). Trabalha com pesquisas em Políticas Públicas, Gestão da Educação, formação de professores e Ensino na Educação Básica. Vinculado ao projeto de extensão permanente "Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo" - LAGEBES/UFES. Professor do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) da Ufes e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática - Mestrado e Doutorado profissionais do IFES. Atualmente é chefe do Departamento de Educação Política e Sociedade do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo

JUSTIFICATIVA:

Este produto educacional faz parte da pesquisa: A privatização da educação básica pública no município de Cariacica-ES (2017-2023): implicações para a gestão democrática das escolas de tempo integral, realizada por Liudimila Katrini Proximozer e professor doutor Eduardo Augusto Moscon Oliveira do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação – PPGMPE, na linha Docência e Gestão de Processos Educativos.

A privatização da educação tem sido um tema de grande relevância e debate nas esferas acadêmica, política e social. Para compreender, de forma mais aprofundada, esse fenômeno complexo, é crucial oferecer um curso de qualidade para profissionais da educação, contribuindo para o aprofundamento sobre o tema em questão.

Por privatização da educação entende-se o processo pelo qual a responsabilidade pelas atividades educacionais é transferida do Estado para o setor privado, quando passa a prover e controlar a educação pública, inclusive com recursos públicos. Esse fenômeno tem-se intensificado em diversos países, motivado por diversos fatores, como pressões fiscais, ideologias neoliberais e a procura por eficiência e maior variedade de opções educacionais. Compreender as implicações desse processo é crucial para os professores, já que eles têm um papel muito importante na criação e implementação de políticas educacionais.

É necessário que os profissionais da área estejam capacitados com conhecimentos teóricos e práticos para lidar com esses problemas de forma fundamentada e crítica. Um curso sobre privatização da educação auxiliará os cursistas a entender como funciona, como isso afeta a sociedade e a educação e como lidar com os efeitos negativos.



A privatização da educação tem sido motivo de controvérsia, uma vez que pode afetar a equidade educacional, a discriminação socioeconômica, a qualidade social do ensino e o papel do Estado na garantia do direito à educação. Os profissionais da educação devem estar preparados para analisar esses efeitos de forma crítica e desenvolver ações eficazes. O curso fornecerá uma base conceitual sólida, promoverá discussões sobre os efeitos da privatização, qual o modelo e o papel que o Estado tem desempenhado, ao gerir a educação pública, e capacitará os profissionais a tomar decisões fundamentadas em seus contextos específicos, contribuindo para a elaboração de políticas educacionais mais eficazes.

Dada a crescente privatização da educação, é crucial oferecer um curso específico para profissionais da área, visando fornecer conhecimentos teóricos e práticos, analisar minuciosamente os efeitos desse fenômeno e desenvolver habilidades para a elaboração de políticas educacionais alicerçadas. Esse curso ajudará a capacitar os profissionais da educação para lidar com os desafios que surgem da privatização, garantindo uma educação de qualidade social, justa e voltada para o bem-estar de todos os estudantes e sociedade.



FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A privatização da educação básica é um fenômeno global e tem-se tornado um tema de discussão cada vez mais relevante nos contextos educacionais contemporâneos. Tem sido impulsionada por motivações políticas e econômicas, tem gerado transformações significativas nos sistemas educacionais ao redor do mundo. É camuflada mediante as reformas educacionais, que ocorrem para atender aos interesses do mercado. Esta é uma expressão do pensamento neoliberal, que visa reduzir o papel do Estado na provisão de serviços públicos, incluindo a educação. Essa abordagem enfatiza a eficiência, a escolha do consumidor e a competição como mecanismos para melhorar a qualidade e a eficácia dos sistemas educacionais. O estado renuncia sua capacidade de gerir as políticas públicas sociais, permitindo a atores diversos e difusos desempenhar o que antes eram suas atribuições, pois estes se apresentam como melhor provedor para os problemas educacionais (Ball e Yudell, 2007).

Segundo Adrião (2018), a privatização da educação básica refere-se ao processo no qual há uma crescente transferência de responsabilidades e recursos do setor público para o setor privado na provisão e gestão dos serviços educacionais. Essa transferência ocorre por meio de parcerias público-privadas, vouchers educacionais, terceirização de escolas e outras estratégias que buscam inserir mecanismos de mercado no âmbito educacional.

Peroni conceitua quais são as formas de privatização do público na educação básica:

“[...] através da alteração da propriedade, ocorrendo a passagem do estatal para o terceiro setor ou privado; ou através de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, onde o privado acaba definindo o público; ou, ainda, aquilo que permanece como propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional brasileira” (Peroni, 2015, p. 15).



Ball (2020) argumenta que a privatização da educação é impulsionada pelo crescimento e expansão do setor privado na esfera educacional. Analisa como empresas, organizações sem fins lucrativos e outros atores privados estão cada vez mais envolvidos na prestação de serviços educacionais, como escolas particulares, fornecedores de material didático e sistemas de gerenciamento escolar. A mercantilização da educação é uma consequência da privatização. A educação é transformada em uma mercadoria sujeita às leis do mercado, com a introdução de lógicas de lucro e concorrência. É implementada uma lógica gerencialista em que se visa aplicar princípios e práticas de gestão empresarial no âmbito educacional. Enfatiza a eficiência, a accountability (prestação de contas) e a orientação para resultados, visando melhorar a qualidade e o desempenho do sistema educacional. Esse processo pode levar a uma ênfase indevida nos resultados quantitativos, pautados nas avaliações em larga escala, com rankings e notas, em detrimento de uma educação centrada no amplo desenvolvimento humano.

Ressalta que a privatização encoberta, endógena e exógena são estratégias utilizadas para transferir a gestão e a provisão de serviços educacionais para o setor privado. Ball (2020) argumenta que essa transferência de responsabilidade para o setor privado resulta em uma perda de controle democrático e em maior desigualdade no acesso à educação por minar a responsabilidade democrática, reduzindo a participação da comunidade e a transparência nas decisões educacionais.

Por privatização endógena entende-se importar ideias, métodos e práticas do setor privado para que o setor público se torne cada vez mais um negócio (quase mercado), com introdução da chamada nova gestão pública. A privatização exógena é a abertura dos serviços de educação pública com a participação do setor privado lucrativo, por meio de modalidades baseadas no benefício econômico, bem como no uso do setor privado em termos de concepção, gestão ou fornecimento de diferentes aspectos da educação pública (Ball e Yudell, 2007).





Freitas (2018, p. 29) explica: “[...] A educação, vista como um ‘serviço’ que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização”. Nessas perspectivas, ocorrem as reformas estatais e educacionais, o que “[...] permite o alinhamento às necessidades dos novos processos produtivos, coordenadas pela OCDE e agências internacionais, visando a inserção das cadeias produtivas nacionais na lógica internacionais [...]” (ibidem, p. 29).

O neoliberalismo impacta as reformas do Estado e, conseqüentemente, da educação. Para ele, a crise não está no capitalismo, e sim no Estado, e, para sua superação, é necessário diminuí-lo. Propõe isso ante a limitação de seu envolvimento nas políticas sociais, favorecendo a privatização, austeridade fiscal, desregulamentação e livre mercado, como formas mais eficazes de promover o bem-estar social. Para essa teoria, “[...] está muito explícita a retirada do Estado das políticas sociais universais, a ênfase no lucro, a mercantilização da sociedade e a conseqüente desigualdade social. [...]” (Peroni, Oliveira e Fernandes, 2009, p. 764).

Os defensores do neoliberalismo argumentam que esses gastos com políticas sociais podem resultar em ineficiências econômicas, distorções de mercado e aumento da carga tributária, o que pode desencorajar o investimento privado e prejudicar o crescimento econômico. Nesse bojo dos direitos sociais, está a educação, a qual foi extremamente afetada por esse tipo de ideologia, a qual tem sido mercantilizada (Peroni, Oliveira e Fernandes, 2009).

No país impulsionado pelo avanço do neoliberalismo e como resposta para a saída das crises, as reformas estatais ocorreram desde a década de 1990, iniciada com Programa de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), coordenado por Luiz Carlos Bresser-Pereira e a Emenda Constitucional n.º 19. Tinha como perspectiva promover mudanças na estrutura e na gestão do setor público, visando à modernização e à eficiência do Estado, substituindo as práticas burocráticas por um modelo gerencialista e colidindo fortemente com os princípios democráticos. Além disso, definiram os direitos sociais, entre os quais a educação, como serviços não exclusivos do Estado (Pires, 2015).

A perspectiva consiste em tornar o setor público parecido com a gestão do setor privado, tido como mais eficaz, produtivo, inovador, o qual sempre alcança as metas estabelecidas. Embora a perspectiva gerencialista destaque o interesse público como objetivo central do Estado e este amplie a participação cidadã, abrindo novas formas de democratização, percebe-se uma ênfase no indivíduo, uma cobrança por resultados, responsabilização (accountability), utilizando-se de mecanismos de fiscalização e premiação, avaliações individual ou da instituição, visando sempre à produtividade, eficiência e profissionalismos para o Estado funcionar eficazmente (Medeiros, Rodriguês, 2014).

Com a reconfiguração do papel Estado, este “[...] reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais [...]” (BRASIL, 1995, p. 13, apud Medeiros e Rodriguês, 2014).

Para Peroni, Oliveira e Fernandes (2009), as reformas do Estado trouxeram novas reconfigurações e ocasionaram o surgimento da terceira via, onde a sociedade civil assume responsabilidades pela execução das políticas sociais e científicas. Entre as políticas sociais, a educação foi fortemente afetada por essas reformas, em que a lógica gerencialista imperou na gestão da educação, trazendo grande impacto para a gestão democrática.

A terceira via surge na Inglaterra como alternativa ao neoliberalismo e à antiga social-democracia, e ambos reconhecem que a crise está no estado, segundo a terceira via a saída são a reforma do Estado e o estabelecimento de parcerias com o terceiro setor, onde Estado e sociedade civil caminham juntos. As principais características da terceira via são “[...] a presença do voluntariado, a desresponsabilização da esfera estatal para com os direitos sociais, a meritocracia nas questões da avaliação escolar e a responsabilidade pela execução da sociedade civil [...]” (Pires, p. 184).

O Estado gerencialista reconhece a importância da colaboração com o setor privado e a sociedade civil para alcançar os objetivos públicos. A sociedade civil é representada pelo público não estatal, também chamado de terceiro setor, o qual é composto por entidades filantrópicas e comunitárias, organizações não governamentais (ONGs), entre outras sem fins lucrativos. Ao promover as políticas sociais, o terceiro setor o faz com estímulo e subsídios do Estado.



Após a reforma do Estado realizada pelo PDRAE, o qual o desresponsabilizou para com as políticas sociais e abriu precedente para a sociedade civil assumir tal responsabilidade, foi necessária a regulamentação do terceiro setor. Assim sendo, algumas legislações foram instituídas, bem como a Lei n.º 9.637, de 1998, conhecida como Lei das Organizações Sociais (OS); a Lei n.º 9.790 de 1999, a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Eis a definição de ambas elaboradas por Peroni, Oliveira e Fernandes (2009): “As organizações sociais são privadas, criadas pelo poder público e já nascem sob a forma de contrato de gestão de um patrimônio público. As organizações da sociedade civil de interesse público já eram privadas e se relacionam com o Estado por meio de parcerias [...]” (p.769).

Tanto para o neoliberalismo quanto para a terceira via, o problema da crise não está no capitalismo, e sim no Estado. Propõem soluções diferentes, entretanto ambos não tratam as políticas sociais como uma consolidação histórica dos direitos sociais adquiridos, que devem ser ofertados a todos os cidadãos. De acordo com Peroni, Oliveira e Fernandes (2009):

As lutas e conquistas dos anos de 1980 no Brasil, de direitos universais, deram lugar à naturalização do possível, isto é, se um Estado “em crise” não pode executar políticas, repassa para a sociedade civil e esta, por sua vez, focaliza as políticas sociais nos mais pobres para evitar o caos social. (p. 766)

A educação é um direito social e uma garantia constitucional conquistado com muita luta, entretanto com as reformas estatais ocorridas e o modelo gerencialista impetrado sobre ela, esta se tornou um mero serviço a ser ofertado, um bem de consumo. O Estado se desresponsabiliza de sua execução, tornando-se um mero regulador, passando esta tarefa para a sociedade civil. Entretanto, ele não representa toda a sociedade, apenas o interesse de uma minoria dominante que deseja impetrar na educação a lógica mercadológica da individualização, culpabilização, premiação dos melhores resultados, gerando competição, uma cultura de ensino focada em testes padronizados e métricas de desempenho, padronização do ensino, sem respeito às individualidades.



A educação pública historicamente sempre esteve em defesa da democracia e na luta pela consolidação da gestão democrática. A Constituição de 1988 institui a gestão democrática como um princípio da educação. Outro importante avanço legal foi a lei de diretrizes e bases da educação nacional, incumbir os estabelecimentos de ensino de elaborar o seu projeto político e pedagógico. É uma ferramenta essencial na gestão das instituições de ensino, por ser elaborado por toda comunidade escolar e estabelecer diretrizes, objetivos e estratégias para o desenvolvimento do trabalho educativo da unidade de ensino.

No que concerne à participação social, houve diversos avanços, como a instituição dos órgãos colegiados, possibilitando a organização e participação da comunidade escolar, sendo esses conselhos escolares, grêmios, associação de pais e mestres, conselho nacional, estaduais e municipais de educação, fóruns estaduais, municipais e nacional de educação. Em algumas unidades federativas, foi instituída a eleição para diretor escolar, quando é possível a comunidade escolar escolher o gestor.

Todos os avanços nos marcos legais e práticos que vieram acontecendo em relação à gestão democrática sempre foram permeados de contradições, porém de extrema relevância para a consolidação da democracia educacional. Após a reforma do Estado, a gestão da educação passou a adotar um modelo gerencial, “[...] que busca imprimir, no espaço público, a lógica de empresa, atribuindo aos cidadãos, definidos como usuários dos serviços públicos, o papel de clientes e, ao gestor, o papel de gerente [...]” (Medeiros e Rodriguês, 2014, p. 233).

A gestão educacional gerencialista é a mercantilização da educação pública e está voltada para a eficiência e eficácia dos sistemas educacionais. Para tanto, o foco é apenas em resultados quantitativos, mensurados pelas avaliações em larga escala, ranqueamento, competição e premiações, responsabilização, currículo padronizado, meritocracia e diminuição do papel dos educadores na tomada de decisões pedagógicas.

Após a reforma do Estado e o estabelecimento da lógica gerencial, a participação social está sendo sucumbida, conforme afirmam Peroni, Oliveira e Fernandes (2009):



A reforma do Estado, na perspectiva de sua retração para as políticas sociais e, particularmente, para a política educacional, destituiu a sociedade civil da participação política no sentido republicano. O que se conclama desde então é uma participação do tipo voluntariado, da ajuda mútua dos “amigos da escola”, Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado, em enfim, das parcerias, uma vez que nestas estão as bases daquilo que se denominou como a participação pretendida pela terceira via e terceiro setor na lógica do público não-estatal. Em tal lógica, o ensino está sendo destituído da pedagogia da contestação, da transformação. Nesse lugar caberia agora a pedagogia da conformação e da conciliação imposta pelo pensamento hegemônico. (p. 773, 774)

É necessário criar processos de resistência no âmbito das escolas, onde professores, pais e estudantes, cientes das contradições desse sistema e da ameaça que a educação pública vem sofrendo diante das constantes reformas empresariais e da transformação da educação pública em mercadoria se organizam e lutam para frear os avanços do setor privado na educação pública e cobrir uma educação estatal. Ou seja, uma educação fornecida e gerida pelo Estado que seja financiador, supervisor e regulamentador das políticas educacionais.





REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. (2018). Privatização da educação: conceitos, estratégias e implicações. *Educação & Sociedade*, 39(143), 505-523.
- BALL, S.; YOUDELL, D. Privatización encubierta en la educación pública, internacional de la educación. Bruxelas, 2007. Disponível em: <https://observatorioeducacion.org/sites/default/files/ball_s._y_youdell_d._2008_la_privatizacion_encubierta_en_la_educacion_publica.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- BALL, Stephen. Educação Global S.A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa/ PA: UEPG, 2020.
- FREITAS, Luiz Carlos. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MEDEIROS, Sonayra da Silva; RODRIGUES, Melânia Mendonça. O gerencialismo, reforma do Estado e da educação no Brasil. *Revista Educação em Questão*, v. 48, n. 34, p. 216-240, 2014.
- PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre público e o privado na gestão da educação básica brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.
- PERONI, Vera Maria Vidal. Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- PIRES, Daniela de Oliveira. A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito a educação no Brasil. 2015. f. 249. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

1 IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO: A privatização da educação básica pública e as implicações para a gestão democrática.

PÚBLICO: Profissionais do magistério.

NÚMERO DE VAGAS POR TURMA: ilimitado.

COORDENAÇÃO DA FORMAÇÃO: Liudimila Katrini Proximozer.

2 APRESENTAÇÃO

Esta proposta formativa foi elaborada visando contribuir para a assimilação e sistematização de conceitos, história e fundamentos sobre a privatização da educação básica pública, com ênfase na gestão democrática, tendo por temática **"A privatização da educação básica pública e as implicações para a gestão democrática"**.

O processo formativo foi organizado no formato online e assíncrono, através do Moodle, tendo como público os profissionais do magistério.

3 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a formação dos profissionais da educação com visão crítica sobre a tendência à privatização da gestão educacional e escolar, mediante o estudo de conceitos, história e fundamentos da privatização na/da educação, com ênfase na privatização da educação básica brasileira, com especial atenção à gestão democrática.





4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Conhecer o contexto histórico nacional internacional da privatização da educação;
- ✓ Compreender o que é privatização da educação em suas diferentes formas, atores, incidências, dimensões e programas;
- ✓ Relacionar o movimento global de privatização às peculiaridades do contexto local.
- ✓ Refletir sobre o papel dos organismos nacionais e transnacionais como criadores de políticas que impulsionam a privatização da educação pública;
- ✓ Compreender os conceitos e fundamentos sobre Filantropo capitalismo/Nova filantropia ou filantropia 3.0 e Think tanks;
- ✓ Analisar criticamente o papel das redes de governanças como uma nova configuração de Estado na função de planejamento, execução e tomada de decisão de políticas educacionais, concomitante e/ou em detrimento do mesmo;
- ✓ Identificar as principais perspectivas de Estado que sustentam a tomada de decisões políticas no campo da educação;
- ✓ Compreender a dinâmica das reformas do Estado e as repercussões dessas relações nas políticas públicas educacionais;
- ✓ Compreender o que é gestão democrática da educação e seu percurso histórico;
- ✓ Identificar os diversos órgãos de gestão democrática participativa e seu papel;
- ✓ Diferenciar gestão democrática, educacional e escolar;
- ✓ Analisar criticamente o que é gerencialismo educacional;
- ✓ Compreender criticamente os elementos que fomentam a privatização da educação;
- ✓ Entender que a educação pública de qualidade socialmente referenciada, gratuita, laica e obrigatória para todos de 4 aos 17 anos é um dever do Estado e obrigação da família;
- ✓ Conhecer alguns instrumentos de resistência ante os mecanismos de privatização da educação pública.



5 METODOLOGIAS

A formação adota uma metodologia que combina estudos individuais e atividades baseadas em autoinstrução contendo textos, charges, podcast, vídeos, fóruns, entre outros. Após estudados, serão realizadas atividades, avaliativas, e serão totalmente online, no formato assíncrono, por meio da plataforma Moodle.

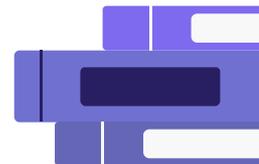


6 INSCRIÇÕES

Será feito um vídeo de divulgação e postado no YouTube, onde terá uma breve explicação sobre o curso. Com vistas à ampla divulgação, ele será enviado por e-mail às escolas da Grande Vitória e postado nas redes sociais. Com o vídeo terá um QR CODE e/ou link direcionando o participante para a página de inscrição no curso.

7 RECURSOS

Computador/tablet/ smartphone com acesso à internet. Será necessário ter editor de texto para realização de algumas atividades.





8 CARGA HORÁRIA

A proposta de formação consiste em cem horas distribuídas em cinco módulos de 20 horas cada um.

9 AVALIAÇÃO

Ao final de cada módulo, haverá uma atividade avaliativa. E ao final do curso o cursista deve obter aproveitamento igual ou maior a 60%.

10 CERTIFICAÇÃO

A certificação ficará a cargo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) por intermédio do LAGEBES.

11 MÓDULOS





Privatização da educação: O que é?



20 horas

Conteúdo:

- O público e o privado na educação básica;
- Contexto histórico, movimento internacional e organismo multilaterais;
- Atores e programas privados na educação básica;
- Multiplicidade de formas de privatização da educação básica: privatização endógena e exógena; dimensões da privatização: oferta, currículo e gestão.

Bibliografia Básica:

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil**: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Revista Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod_resource/content/1/Teresa%20Adriao_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf



Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=PCkJj7Xvnb4>





A privatização da educação básica pública: um movimento global.



20 horas

Conteúdo:

- Organismos internacionais e transnacionais de influências;
- Filantropo capitalismo/Nova filantropia ou filantropia 3.0;
- Think tanks;
- Redes de governanças.

Bibliografia Básica:

LIMA, Iana Gomes, et al. **Redes de Influência em Políticas Educacionais: O avanço neoconservador e neoliberal em cena.** Revista Sociologia e política. Teoria e Prática da Educação, v. 22, p. 137-154, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/46255/751375149020>



Podcast:

<https://podcasters.spotify.com/pod/show/velha-toupeira/episodios/Grupos-financeiros-e-a-educacao-pblica-e1hp1bg/a-a7qvsts>





O neoliberalismo e as reformas estatais brasileiras como mecanismos dos movimentos de privatização.



20 horas

Conteúdo:

- Políticas neoliberais e a terceira via;
- Nova gestão pública e o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE);
- Lei Complementar 101/2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que fundamenta a opção pelo Estado Mínimo.
- MORSC.

Bibliografia Básica:

ADRIÃO, T., & Vidal Peroni, V. M. (2012). **A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional.** Retratos Da Escola, 3(4). Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/105/294>



Charge:

<https://images.app.goo.gl/HCxHdrPgG4SQv6dTA>





As implicações da privatização para a gestão democrática da educação



20 horas

Conteúdo:

- A gestão democrática e sua institucionalidade na organização da educação brasileira após 1988;
- A efetivação da gestão democrática nos entes federativos e na escola (órgãos colegiados, gestão democrática participativa – papel dos conselhos e fóruns - e movimentos sociais);
- Gestão democrática, educacional e escolar;
- Gerencialismo na educação.

Bibliografia Básica:

GARCIA, T. **A gestão escolar no contexto da privatização na Educação Básica**. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, p. 1355–1376, 2018. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=t8bRShkAAAAJ&citation_for_view=t8bRShkAAAAJ:6ZxmRoH8BuwC

Vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=UPD1n-You0Q&list=PLrsBJ0ZZvQn0bpNdlc5jvCJjC-3DW8YtJ&index=3>





Saber mais para lutar melhor! As estratégias globais e locais de enfrentamento.



20 horas

Conteúdo:

- Os reformadores empresariais da educação;
- Direito à educação pública de qualidade socialmente referenciada.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, M. D. E., Scaff, E. A. da S., & Oliveira, R. T. C. de. (2013). **Direito à educação e compromisso docente: quando o sucesso e o fracasso escolar encontram o culpado**. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE, 29(2). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/43710/27491>.

FREITAS, L. C. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**. Educ. e Soc., Campinas, v. 33, n. 119, abr.-jun. 2012, p. 379- 404. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>





BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



BALL, S.; YOUDELL, D. **Privatización encubierta en la educación pública, internacional de la educación.** Bruxelas, 2007. Disponível em: https://observatorioeducacion.org/sites/default/files/ball_s._y_youdell_d._2008_la_privatizacion_encubierta_en_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.



MAGALHÃES, Giovanna Modé. **A privatização da educação no cenário internacional: reflexões sobre a agenda Pós-2015.** Revista Educação (UNESP, Rio claro), Vol. 25, p. 402-414, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/9790/7337>



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. Revista Urutaguá, Maringá, n.º 24, 132-146, 2011. Disponível em: <https://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/contrarreforma.pdf>



BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Plano diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/planodiretor1995.pdf>

TRIPODI, Z. F., & Sousa, S. Z. (2018). Do governo à governança: permeabilidade do Estado a lógicas privatizantes na educação. Cadernos De Pesquisa, 48 (167), 228–253. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4800/pdf>



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



MEDEIROS, S. da S., & Rodrigues, M. M. (2014). **O gerencialismo, reforma do Estado e da educação no Brasil.** Revista Educação em Questão, 48 (34), 216–240. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5774/4598>



AGUIAR, V. B. P.; RUIZ, M. J. F.; MARINHEIRO, E. de L. **A gestão democrática e suas novas feições no transcurso histórico brasileiro.** Roteiro, [S. l.], v. 47, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23832/17270>

CASTRO, L. B., Ribeiro, J. C. de O. A., Cunha Júnior, A. S. da, & Nunes, C. P. (2023). **A participação social como fundamento da gestão democrática da escola: confluências entre princípios e autonomia.** Educação, 48(1), e17/1–19. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/64881/52432>



FREITAS, Luiz Carlos de. **Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594/8857>

